

# ÁFRICA IMAGINADA NA GEOPOLÍTICA GLOBAL: PERIGOS E ARMADILHAS

*Imagined Africa in Global Geopolitics: dangers and traps*

## **Pedro Andrade Matos**

Doutor em Relações Internacionais  
Professor da Universidade de Santiago, Cabo Verde  
[pedro.matos@us.edu.cv](mailto:pedro.matos@us.edu.cv)

## **Rodrigo Corrêa Teixeira**

Doutor em Geografia UFMG  
Professor Permanente no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Geografia da PUC Minas  
[teixeira@pucminas.br](mailto:teixeira@pucminas.br)

Recebido: 08.08.2022  
Aceito: 30.09.2022

## **Resumo**

Este artigo visa responder como a construção de um imaginário eurocêntrico sobre a África a subalternizou na geopolítica global? E como representações emancipatórias sobre a África, produzida pelos próprios africanos, são tratadas como um perigo pelas forças hegemônicas globais? A metodologia do trabalho é a análise bibliográfica das relações internacionais e discussões referentes à construção da imagem dos espaços na geopolítica global. Da análise efetuada, deduz-se o seguinte: a imagem supostamente de uma África pobre, conflituosa e com doenças, influencia a adoção de medidas automáticas e simplistas, nomeadamente: ação humanitária, intervenção externa, doação, voluntariado. Essas imagens cristalizaram um mundo-problemático, constituído por países pobres e mundo-solução dominado por países desenvolvidos. Malgrado esse quadro, há uma África que incomoda e se esforça para conduzir o seu desenvolvimento e almejar maior protagonismo no cenário internacional.

**Palavras-chave:** África; Armadilha; Imagem; Geopolítica Global; Perigo.

## **Abstract**

This article aims to answer how the construction of a Eurocentric imaginary about Africa subordinated the continent global geopolitics? And how are emancipatory representations of Africa, produced by Africans themselves, is treated as a danger by global hegemonic forces? The methodology of the work is the bibliographic analysis of international relations and discussions regarding the construction of the image of spaces in global geopolitics. From the analysis carried out, the following can be deduced: the supposed image of a poor Africa conflicted and with diseases, influences the adoption of automatic and simplistic measures, namely: humanitarian action, external intervention, donation, volunteering. These images crystallized a problem-world, made up of poor countries and a solution-world dominated by developed countries. Despite this situation, there is an Africa

that bothers and strives to lead its development and aim for greater protagonism in the international scenario.

**Keywords:** Africa; Danger; Image; Global Geopolitics; Trap.

---

## 1. INTRODUÇÃO

O título deste trabalho possa remeter o leitor ao importante livro *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (2008), do cientista político Benedict Anderson, em razão do termo '*imaginada(s)*'. Neste artigo, no entanto, o referido termo está relacionado às narrativas, imagens e aos discursos pelos quais a África é vista, pensada e representada por entidades e pessoas de outros continentes enquanto uma entidade homogênea e carregada de atributos negativos, que têm norteado a relação das pessoas com este continente. Assim sendo, a pergunta que norteia a discussão proposta visa compreender como a construção de um imaginário eurocêntrico sobre a África a subalternizou na geopolítica global? E como representações emancipatórias sobre a África, produzida pelos próprios africanos, são tratadas como um perigo pelas forças hegemônicas globais?

O trabalho em tela considera que a imagem gera um *frame* que se retroalimenta e passa a moldar as relações com os países africanos. Nesse contexto, a imaginação de uma África, supostamente, pobre e atrasada, visa manter uma política que pretende se legitimar pelo imaginário, tornando-se extremamente real os velhos processos de dominação hegemônicos por parte dos países do Norte Global.

As representações da história mediam os processos identitários e os processos sociais, econômicos e políticos. Os projetos e as perspectivas colonizadores e colonializantes são vistos como legítimos e validados por atos de memória. A construção da alteridade e a persistência destas representações eurocêtricas na atualidade recordam o peso das heranças coloniais.

Para a análise do fenômeno recorreu-se à análise documental, essencialmente textos acadêmicos sobre o lugar da África na epistemologia global, bem como análise das representações imagéticas do continente nos grandes veículos de comunicação de alcance global. A discussão está situada no campo das relações internacionais, nomeadamente a representação geopolítica, a forma pela qual os espaços são pensados e imaginados pelo prisma de poder.

O trabalho está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção ocupa-se do debate sobre a África imaginada na

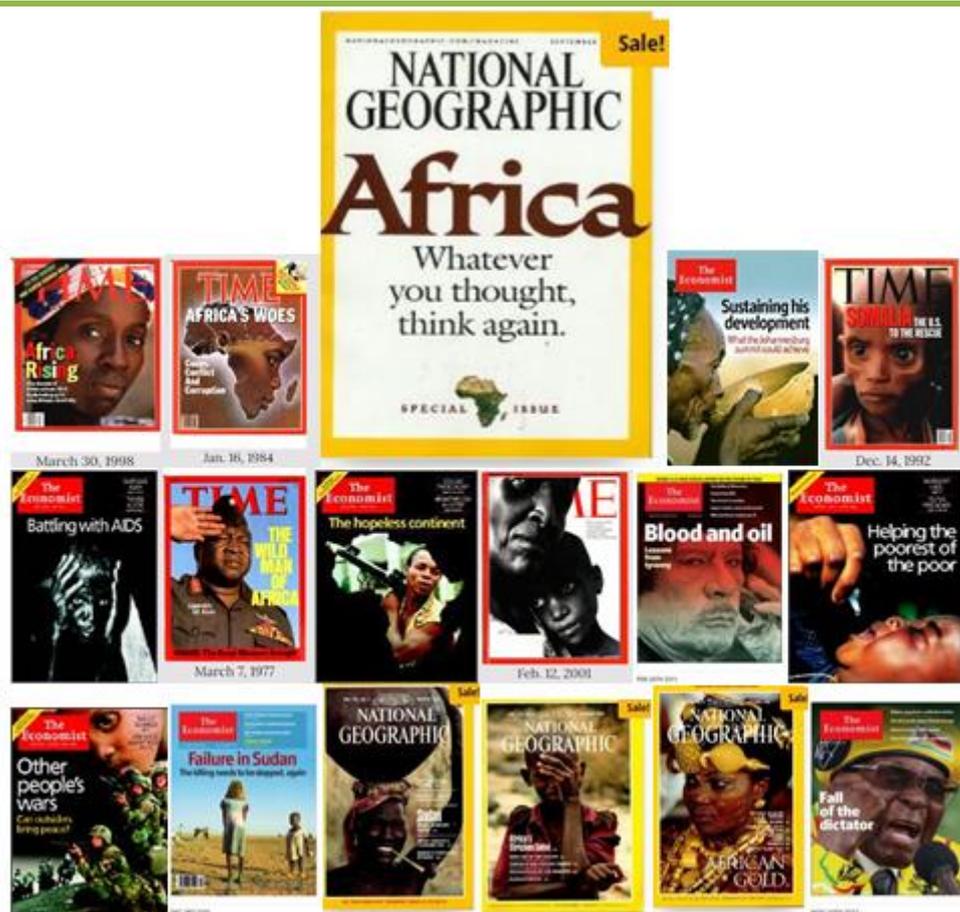
geopolítica global, começando por identificar qual a imagem produzida pelos veículos de comunicação sobre a África e como esta imagem afeta a relação das pessoas com o continente. A Segunda seção estuda a imagem no âmbito da política internacional, reportando-se ao imaginário ocidental sobre outros espaços. A terceira seção tenta apontar o perigo e a armadilha de uma África imaginada, sobretudo pela perspectiva negativa, no intuito de identificara a quem interessa uma África retratada e mantida desta maneira.

## 2. ÁFRICA IMAGINADA NA GEOPOLÍTICA GLOBAL

Na quarta edição do livro intitulado *Mistaking Africa: Curiosities and inventions of the American Mind* (2017), os autores, Curtis Keim e Carolyn Sommerville, realizaram uma série de atividades perguntando aos alunos das escolas americanas, quais seriam as primeiras ideias que lhes vinham à mente quando escutavam a palavra “africano”. Os alunos responderam com os seguintes termos: “guerreiro”, “tribo”, “terrorista”, “selvagem”, “bárbaro” e “pagão”. Os mesmos foram questionados sobre qual a associação, a palavra “África” lhes causaria, eles mencionaram as sucessivas: “safáris”, “animais selvagens”, “ignorância”, “pobreza”, “fome e tragédia”.

O historiador Anderson Oliva (2009) aplicou um questionário aos estudantes e professores do ensino fundamental e médio da região Recôncavo Baiano, no Brasil. O propósito do professor era investigar a relação que os entrevistados estabeleciam com a palavra “África”. Os resultados obtidos foram semelhantes dos alunos americanos: “fome,” “miséria”, “doenças (AIDS)” e “tragédias”.

No âmbito deste trabalho, pesquisaram-se várias imagens da África nas capas de algumas revistas internacionais com grande circulação pública. Como se pode observar na figura 1, a África é representada como espaço que predomina doenças, conflitos, miséria e políticos tiranos.



**Figura 1** - capa de revistas selecionadas sobre o continente africano  
**Fonte:** elaborada pelos autores a partir das revistas, 2021.

Em 2009, a escritora e contadora de história, Chimamanda Ngozi Adichie apresentou uma palestra sobre o 'perigo de uma história única'<sup>1</sup> no *TEDGlobal* de TEDTalks. Para Adichie, a história única é quando se conhece apenas uma parte de história. No vídeo ela narra, quando estudava nos Estados Unidos, a única história sobre a África que a sua colega de quarto tinha era a de catástrofe. Essa imaginação simboliza a tradição ocidental de contar história sobre a África, enquanto um lugar negativo, de diferenças e de escuridão: “um lugar de lindas paisagens, maravilhosos animais e pessoas incompreensíveis, lutando guerras sem sentido, morrendo de pobreza e AIDS, incapazes de falarem por si mesmos, esperando sendo salvos por um estrangeiro, branco e gentil” (ADICHIE, 2009).

Eric Hobsbawm e Terence Ranger, em *A Invenção das Tradições* (1997), apresentam uma profusão de exemplos retirados de diferentes países, mostrando aquilo apresentado como herança do passado – como “tradição” ou “patrimônio” – é muitas vezes um reflexo da imaginação contemporânea: uma invenção. Nas Ilhas Britânicas, o

<sup>1</sup> ADICHIE, Chimamanda. *The danger of a single story* (palestra). Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story/transcript](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript)

Natal das famílias modernas e o kilt escocês são exemplos disto. Ranger (1997) realizou pesquisa sobre como tradições foram inventadas na África durante o processo de colonização.

Destarte, não simplesmente foi a tradição inventada, mas provavelmente até Estados pré-coloniais foram concebidos na imaginação sobre o passado africano. Além disso, os conceitos modernos de nacionalidade têm sido usados de maneira equivocada, para interpretar as formas de governo e a política do passado. Ao invés disso, parece ter havido considerável movimento durante séculos através do que tem sido construído desde então como fronteiras nacionais em quase toda esfera da atividade humana. Houve múltiplas identidades civis e sagradas e seria equivocado ignorar a complexidade do pensamento africano nessas questões.

De acordo com Valentin Mudimbe (1988), a África foi inventada na epistemologia ocidental, baseando-se sobre aquilo que a cultura africana deveria ser a partir do prisma antropológico e histórico dos países ocidentais. Trata-se de uma invenção que se processa “sucessivamente dos discursos sobre a primitividade aos comentários modernistas sobre a organização da produção e os que estão no poder” (MUDIMBE, 1988, p. 191). Assim sendo, a África, enquanto tal, existe apenas na base do texto que a constrói como a ficção do Outro (MBEMBE, 2001).

Essa construção foi forjada à base de vários estereótipos usados para imaginar espaços, a partir de determinados modelos mentais forjadores da realidade. Esses modelos foram historicamente produzidos pelo ocidente, que se colocou como o parâmetro e produtor das interpretações sobre os outros espaços geopolíticos mapeados (KEIM; SOMERVILLE, 2017).

Todo mapeamento, no entanto, é também produto de um paradigma ou de uma visão filosófico-científica de mundo. As visões cartográficas são produtos da hegemonia de discursos alcançada por disputas (mais ou menos éticas) na arena das políticas de significação. A guerra de discursos faz parte de uma dinâmica “inevitável” na produção de um conceito de espaço geopolítico. Nesse sentido, a escritora Chimamanda Adichie afirma que “é impossível falar sobre única história sem falar sobre poder” - enquanto a habilidade de contar a história, mas também de tornar esta história a definitiva sobre um povo.

Os estudos dos modos de ver o mundo são, também, os estudos das relações de poder que intervêm nas formas de apresentação a eles associadas, isto é, das políticas de leitura do mundo. O trabalho de crítica da geopolítica empreendido por Mignolo (2003

e 2004), entre outros, fornece uma importante contribuição para a desconstrução dos discursos geopolíticos conservadores.

A geopolítica crítica denuncia o etnocentrismo ao situar o começo do discurso geopolítico moderno na era dos descobrimentos do século XVI. O mundo teria sido dividido segundo um eixo de valor que associa modernidade à Europa e retrocesso ao que não é Europa, entidade por si só reveladora da cognição eurocêntrica. Aqui, a crítica já é de ordem historiográfica: é a crítica do modo de apresentação da história da geopolítica. Ora, sabe-se que há muitas geopolíticas e que tais ficções convenientes não foram nem serão sempre as mesmas (AGNEW, 2005).

Mapear e representar o mundo, os territórios, os lugares, pressupõe também retratar as pessoas que ali vivem. Nesse sentido, ao mapear a África, desenha-se, de igual modo, o povo africano, a partir do olhar de quem chega.

O navegador e explorador veneziano Luís de Cadamosto (1432-1488) fez vários registros sobre o continente africano, em alguns, ele referiu-se aos africanos como “gente pobre, sobretudo, mentirosos, ladrões e grandes traidores” (PERES, 1988, p. 27).

A própria região “costa de África” era considerada sinônimo de degredo para onde eram enviados condenados por crimes considerados graves conforme os interesses de Portugal, sendo esta designação alterada depois de vários anos (LEBRE, 1939).

A edição nº 02 de *Cadernos Coloniais* de 1939, registra a conferência do então capitão veterinário na Província de Angola, António Lebre, com o seguinte título: *‘África Desconhecida’*. Esse capitão afirmou que o temor dos portugueses irem para as possessões ultramarinas fundamentou-se sempre em perigos que se mostravam falaciosas e imaginárias.

Neste trabalho, o termo ‘perigo’ se aproxima da concepção de Chimamanda Adichie (2009) e se resume aos riscos gerados a partir de uma visão e suas consequências ao estado de coisas e de pessoas retratadas, quando uma perspectiva se estabelece como a única e a válida.

O principal risco gerado, ao longo do período histórico, foi a negação da história africana e a alienação africana. Nessa perspectiva, o antropólogo Kanbegele Munanga questiona: por que a história da África foi negada e quem a negou? Ele responde: “Não foram os africanos, vítimas da negação. Foram os ocidentais, por questões ideológicas e políticas que acabaram alienando a personalidade coletiva do africano” (MUNANGA, 2015, p. 25).

Para o antropólogo congolês, a interpretação racional da história como dimensão fundamental da existência, feita pelo filósofo alemão Friedrich Hegel (1770 -1831) teve grande efeito ao afirmar que a África dita negra não pertencia à história do mundo, não tinha movimentos a apresentar, e o “homem da África negra vive no estado de barbárie e selvageria.”

O pensamento hegeliano, sobre o lugar da África na história geral da humanidade, foi referenciada por vários historiadores, que continuaram a desconsiderar a África enquanto objeto de estudos historiográficos, e no lugar providenciaram novas ciências capazes de estudar as sociedades primitivas africanas pela ótica ocidental (MUNANGA, 2015).

O filósofo Paulin Hountondji (2008, p. 151) expôs a visão do missionário belga Placides Tempels (1906-1977) que afirmou não esperar do negro uma organização sistemática do seu quadro ontológico, cabendo-lhe, na condição de primitivo, ser auxiliado pelo europeu a realizar esta sistematização. Questionada também a possibilidade da existência de história africana como uma disciplina concebida a partir dos africanos, mas, sim, pela presença europeia na África, como postulado pelo historiador britânico Hugh Trevor-Roper (1963).

O próprio processo de negação, todavia, acaba por revelar que a África tem uma história, antes mesmo da presença europeia. De fato, só se nega o que existe e se conhece. Decidiu-se, portanto, pela desqualificação do discurso acadêmico africano e, ao mesmo tempo, pela valorização de estudiosos que se dizem especialistas em África, mas “que nunca pisam no solo africano, apenas encontram informantes locais ‘autênticos’ no ambiente de universidades euroamericanas” (YANKAH, 2016, p. 144). Ou seja, a ignorância e a negação a perdurar sobre o continente são produtos de pessoas com acesso às informações, como muito bem ressaltado por Chinua Achebe (1977), mas, por uma questão de poder, decidem desqualificar a produção africana.

Andrew Apter (1996, p. 88), no entanto, questiona se o Ocidente teve esse poder de traduzir conceitos filosóficos africanos fundamentados em línguas e epistemologias locais? Ele argumenta que a antropologia ocidental atacada por Valentin Mudimbe, Paulin Hountondji, Chinua Achebe e outros, limita-se apenas ao período do colonialismo, cujo discurso e análise se contrapõem com os da antropologia contemporânea, mais atualizada e dinâmica em relação ao próprio espaço africano.

As estruturas de poder estabelecidas nos espaços africanos, todavia, não se evaporaram com o fim da colonização formal, tampouco a imaginação e o tratamento em

relação aos países africanos. Portanto, ainda, a produção do conhecimento sobre o continente permanece, em larga medida, alojada nas instituições e entidades europeias e americanas, e financiadas por estas que definem uma agenda de pesquisa.

Na realidade, as heranças institucionais coloniais (MURITHI, 1998) em várias áreas, incluindo a de educação, e a forma pela qual se operou a transição política criaram-se o ‘mundo pós-colonial neocolonizado’ (NDLOVU-GATSHENI, 2013). Esse mundo neocolonial preservou elementos da colonização e revelou novas amarras de poder na era da globalização informacional e tecnológica, em que a África imaginada passa a ser projetada através das nas tecnologias e plataformas midiáticas.

A globalização tem produzido uma dominação transnacional, cujo resultado “é alienação da autoridade acadêmica sobre a África: a transferência para agências externas do controle sobre mecanismos pelos quais a realidade e as visões de mundo da África são definidas e ordenadas” (YANKAH, 2016, p. 136). Destarte, prolongando o pensamento do referido autor, a globalização visa à promoção de outra cultura e de conhecimento locais para o palco mundial a partir de um centro de poder que decide quais os conhecimentos devem ser determinados como padrão e quais devem ser classificados como fronteiras periféricas (YANKAH, 2016).

As imagens mudaram bastante em razão da velocidade da circulação das imagens nas redes de internet e o seu alcance global. A globalização fez com que novos mecanismos de comunicação criassem entretenimento sobre lugares distantes e diferentes dos centros de poder. Atualmente as informações sobre essa África imaginada são provenientes da cultura televisiva; da mídia impressa; dos filmes; espaços de diversão; celebridades e que legitima uma visão estereotipada sobre o continente (KEIM & SOMERVILLE, 2009).

Por que isso importa? Ao estudar a relação entre filmes e política externa, o autor Simon Philpot (2018, p. 148), responde isso importa porque cinema, por exemplo, é onde as pessoas vão aprender algo sobre o mundo e seus eventos, questões e conflitos.

As informações e imagens são consideradas por várias pessoas quando decidem visitar, investir e tomar decisão política em relação aos países do continente africano. Nesse trabalho importa entender o impacto e o processo retroalimentar de uma África estereotipada na geopolítica global. O trabalho argumenta que a política internacional é permeada por vários fatores, inclusive pela visão e imagem que os tomadores de decisão possuem de uma determinada região ou país. As imagens, portanto, moldam as respostas políticas e definem o lugar.

Na área de relações internacionais, a África ocupa um lugar marginal, não obstante, eventos históricos que marcaram o desenvolvimento e o debate da própria área, e o curso da história global terem acontecido no continente, essencialmente o colonialismo e o imperialismo (NKIWANE, 2001).

A posição está relacionada à agência africana na política internacional, entendendo-a enquanto a "faculdade de agir ou exercer poder" (BRONWN, 2012, p. 7). Nesse contexto, agência africana nas relações internacionais compreende "a capacidade de negociar e barganhar com atores externos de uma forma a beneficiar os africanos." (COFFIE; TIKY, 2021, p. 247). A marginalização passa também por autores africanos pouco referenciados e citados nos debates envolvendo os próprios países do continente, em razão de o acadêmico africano "não estar bem sintonizado com tendências ocidentais, portanto, marginalizado com a sua área de especialidade geográfica - a África" (YANKAH, 2016, p. 136). Em síntese, tanto no âmbito da escrita, quanto no da publicação, "há sempre um esforço de censurar o texto africano uma vez que ele é considerado incompatível com o discurso acadêmico global" (YANKAH, 2016, p. 138).

O autor supracitado afirma que a África é excluída do mundo acadêmico global por seguintes fatores: 'política corrente predominante', "cuja percepção legitima o discurso e a publicação acadêmica internacional como uma invenção europeia"; o 'determinismo linguístico' (inglês, francês e alemão) que corresponde a "95% de todos os estudiosos e todos os estudos originados entre 1850 e 1914"; 'segregação editorial' em que assuntos africanos ocupam poucas páginas ou apenas edições especiais nas revistas internacionais e distribuição desigual de obras produzidas sobre África aos próprios países africanos; 'cultura e estudo' em que há uma "desqualificação do discurso acadêmico da África como sendo não acadêmico"; 'projeto imitativo' em que vários africanos reproduzem, em vez de "investigar paradigmas de conhecimento das nossas raízes culturais e considerar essas raízes como nossos referenciais" (YANKAH, 2016, pp. 138 - 149).

### **3. POLÍTICA INTERNACIONAL E A GEOPOLÍTICA IMAGINADA**

Nas Relações Internacionais, a imagem é estudada no âmbito da diplomacia pública, a partir da teoria de atitude, teoria de identidade nacional, e gestão da reputação, formando um modelo que compreende a parte cognitiva (crenças específicas) e a parte afetiva (sentimentos gerais). Estas partes estão conectadas por quatro dimensões

diferentes, mas interrelacionadas: a funcional, a normativa, a estética e a emocional (BUHMANN, 2016).

A dimensão da imagem funcional de um país abarca aspectos sobre a competitividade de um país, informada pelas características da economia e organização política, além do estado da educação, performance e efetividade econômica. A imagem normativa consiste na integridade de um país, informada pela responsabilidade social e ecológica de um país. A imagem estética abrange as crenças sobre as qualidades estéticas, informada pela cultura pública, tradições e territórios, além da beleza de suas paisagens e cenários. Por fim, a dimensão da imagem emocional do país consiste em sentimentos gerais de afeição e fascínio, obtidos a partir das crenças das pessoas (BUHMANN, 2016, p.41).

Nesse contexto, pode-se definir a imagem como “a soma de crenças, atitudes e impressões que uma pessoa ou grupo de pessoas tem de um objeto” (BARICH; KOTLER, 1991, p. 95). Nessa definição, é preciso realizar uma distinção analítica entre os termos imagem do país de identidade do país. O primeiro refere-se à percepção entre estrangeiros e a identidade refere-se à auto-percepção dos cidadãos de um país (BUHMANN, 2016, p. 39). Ambos são percepções, porém, o primeiro localiza-se no nível internacional e o segundo no nível nacional. Para este trabalho, importa o nível internacional.

As grandes potências sempre exploraram as imagens como um meio poderoso de comunicação e projeção de seus poderes reais. Hollywood, por exemplo, sempre tentou representar um indivíduo americano que “intervém em situações de crise, transforma desastre em sucesso e salva seu país ou mundo de uma catástrofe”. (PHILPOT, 2018, p. 145). A própria guerra ao terror durante o governo George Bush, gerou produções cinematográficas que opõem "nós" versus "eles", "bom" e "mau".

Uma imagem positiva e boa reputação são os meios para constituir o entendimento comum no sistema internacional. Pressupõe-se, portanto, uma boa imagem produza respeito, influência e prestígio, ao passo que uma imagem negativa induz a ideia de baixa credibilidade e baixo prestígio internacional. Nesse contexto, a imagem providencia uma base a partir da qual, tomadores de decisão e interessados formularão as primeiras ideias e projetam os tipos de ganhos, a depender de sua matriz de interesse.

As áreas de política e economia são permeadas por pluralidade de atores e constrangidas por interesses múltiplos no nível doméstico e internacional, bem como pela percepção e relação que os formuladores e interessados mais próximos possuem da

região ou do país para quais os objetivos são direcionados. Dessa percepção duas considerações são geradas, inicialmente. A primeira indica que um país visto como rico e seguro influencia a formulação de uma política robusta e em áreas mais complexas. A segunda induz que um país pobre e inseguro leva a formulação de política mais simples e investimentos inseguros.

Se na perspectiva de Pierre Bourdieu a região é uma ilusão, uma construção política, essa lógica prevalece para a geopolítica enquanto uma construção social e histórica, definida como “uma prática discursiva pela qual os intelectuais do Estado “espacializa” a política internacional e representa isso como um mundo caracterizado por tipos particulares de lugares, pessoas e dramas” (TUATHAIL & AGNEW, 1992, tradução nossa).

A imagem, nessa perspectiva, é modelada em função de percepção (CHIDOZIE et al. 2014). A questão central é, entretanto, como a percepção externa determina o tipo de política e os recursos recebidos, influenciando o desenvolvimento do país. Uma das fontes consideradas para investimentos e estratégias política, é o índice de percepção da corrupção a partir da imagem política, jurídica, econômica e social do país feita por atores externos, nomeadamente investidores, oficiais de países doadores e organismos internacionais.

Como a própria palavra informa, a ‘percepção’ é apenas uma pequena parte da realidade complexa, e que não pode ser tomada como o ponto de referência. Um exemplo disso, são as cidades africanas imaginadas como selvas e habitadas por tribos, quando, na verdade, são cidades modernas, vibrantes e conectadas ao mundo. Ou, a ideia de os países africanos serem os corruptos, obliterando a dimensão internacional e o envolvimento das empresas dos países desenvolvidos (MATOS, 2021).

Chimamanda Adichie (2009) havia alertado ao perigo de história única por criar estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Ou seja, parte da realidade não é contemplada de maneira, intencional ou não.

No entendimento de Gallagher (2015) o propósito da percepção, muitas das vezes, visa a esconder a realidade. Em se tratando dos países africanos no contexto geopolítico global, quais as suas realidades que se pretendem esconder?

A geopolítica como ordem discursiva deve ser abordada histórica e contextualmente e, de tal modo, que desmonte procedimentos que tentem forçar um mundo complexo e fragmentário a se ajustar a mapeamentos geopolíticos moveidões.

As imagens completas são importantes para a construção de uma consciência coletiva e para estabelecimento de relações fidedignas. Se as imagens detêm um grau satisfatório de acurácia, isso ajuda as pessoas a navegar num mundo complexo e a conhecer a generalidade dos fenômenos e espaços. Do contrário, as imagens podem ser perigosas e com consequências tanto ao estado de coisas do lugar quanto aos eventos políticos, ambientais, econômicos em outras partes do mundo (KEIM & SOMERVILLE, 2009, p. 4).

A descrição da antiguidade africana tem sido afetada por conceitos ocidentais de identidade e autoridade política, embora estes tenham sido usados para fins específicos por nacionalistas africanos. A extrapolação do modelo ocidental do Estado-nação teve e tem valor imediato para os políticos após as independências na África, mas pode ser muito equivocada. É possível que os estados e especialmente as identidades políticas – que foram pela primeira vez cartografados com algum detalhe no século XIX – tiveram sua longevidade exagerada por nossas próprias pressuposições e pela busca de uma origem gloriosa para as nações nascentes.

Compreender as representações da África significa tanto buscar uma perspectiva crítica sobre a relação entre a constituição material de fronteiras do Estado e a construção discursiva das fronteiras conceituais que separam uma suposta ordem interna de um igualmente suposto caos exterior. O estudo da política internacional envolve muito mais do que as convencionais relações interestatais. Os Estados não são anteriores a um Sistema Interestatal; ao contrário, eles são permanentemente reconstituídos por meio dos discursos e práticas que os contrapõem ao mundo exterior. Uma concepção geopolítica meramente territorial escamoteia toda a construção cultural que lhe dá sustentação. Tal é o caso mesmo de certos países africanos, cujas fronteiras foram estabelecidas “de fora para dentro”, sem que a população local pudesse expressar os valores e práticas que dariam sustentação cultural a tais fronteiras.

Ao analisar o Oriente Médio como imaginação geopolítica moderna da política externa norte-americana, Aylin Güney e Fulya Gökcan (2010) argumentaram que o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos é resultado de uma ligação entre traumas/mitos nacionais, códigos e visões geopolíticas. Ou seja, a maneira pela qual um país se orienta em torno dos demais e pelas ações de política conduzidas por um governo. Para visualizar essa ligação foi preciso considerar a dimensão da retórica na geopolítica que ressignifica e serve de veículo pelo qual os líderes agem e justificam as suas ações (GÜNEY & GÖKCAN, 2010). Como resultado, o Oriente Médio

passa a ser representado enquanto uma região conflituosa, com países e pessoas terroristas que almejam desestabilizar a região e o mundo.

O crítico literário, Edward Said (1990, p.15) havia conceituado o modo de o Ocidente gerenciar as coisas nessa região (Oriente) de Orientalismo, isto é, “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.” Isso revela o poder que o Ocidente auto delegou para a construção de uma determinada realidade e na interpretação do mundo, cabendo nessa extensão histórica-política os países africanos.

A história das fronteiras impostas é também uma história de dominação colonial, que passa a fazer parte do cotidiano e do imaginário social dessas nações fabricadas. Muitas das guerras africanas contemporâneas – por exemplo, em Ruanda, entre tutsis e hutus – são atribuídas ao choque das fronteiras conceituais e imaginárias com fronteiras impostas. A espacialização e a temporalização das identidades nacionais é um tema importante para uma geopolítica que se pretende crítica, que desconstrói a noção convencional e totalizante de fronteiras em narrativas fragmentárias como: “nós” versus “outros”; “iguais” versus “diferentes”; “próximo” versus “distante”; “seguro” versus “perigoso”; “indiferente” versus “responsável”.

O significado e o argumento a discutir, aqui, são polêmicos, visto que vão ao cerne de uma das ideias mais difundidas da cultura e da ideologia políticas modernas – a ideia de que existe um passado definido, um conjunto de tradições estabelecidas em cada país, cultura ou tradição, a que pudesse recorrer quer em categorias de análise, quer em termos éticos. Assim, tem-se um conjunto de referências que se pode usar para explicar porque o mundo é como é, como também, para fornecer um conjunto de princípios morais – e por vezes religiosos – com base nos quais se pode e deve-se viver. Estes pressupostos têm vindo a ser reforçados, de muitas maneiras, ao longo das últimas décadas, não só no mundo desenvolvido, especialmente na Europa, no Japão e na América do Norte, como também no Terceiro Mundo, onde a África não é exceção. Uma das expressões mais frequentes é atribuir à África tradições tribais. Outras vezes fala-se de “fundamentalismo”, ora muçulmano, ora cristão, ora referente às religiões nativas. Outra maneira é a divulgação não crítica de dados econômicos e sociais dentro dos padrões eurocêntricos.

Este artigo considera que o perigo de uma geografia imaginada é a criação de uma política imaginária, cadente de completude e destoante da realidade, bem como a formulação de uma política pobre para o país representado, mas estratégica e interessada aos países formuladores.

#### 4. O PERIGO E A ARMADILHA DE UMA ÁFRICA IMAGINADA

No campo de Relações Internacionais, importante frisar que não existe uma incompatibilidade entre a África e os principais conceitos do campo, persistem desafios e problemas gerados a partir das realidades africanas aos conceitos centrais das relações internacionais.

Um dos principais conceitos é o poder, que carrega uma interpretação predominantemente material (militar, riqueza e geografia), e se restringe às ações de grandes potências (MORGENTHAU, 1948; WALTZ, 1979; MEARSHEIMER, 1990) influenciado o pressuposto conhecido no campo que “uma teoria geral da política internacional é necessariamente baseada sobre grandes potências” (WALTZ, 1979), lendo-se grandes potências os principais países ocidentais. Portanto, a posição do continente nas relações internacionais foi precária e às margens das principais abordagens teóricas e debates do campo (HARMANN, BROWN, 2013; OGUNNUBI; ISIKE, 2015; CILLIERS et al. 2015).

O proeminente teórico realista, Hans Morgenthau, considerou que o continente africano passou a ter história a partir da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) – uma guerra inter imperialista. O referido autor considera a África, antes desse período, um espaço politicamente vazio (CHIPAIK; KNOWLEDGE, 2018). Ao se concentrar na África pós-colonial, o campo revelou também dificuldades em entender a formação dos Estados africanos, recorrendo-se à imaginação do que deveria ser os países africanos (SINDJOUN, 1999).

No âmbito político, a imagem de uma África pobre, conflituosa e com doenças, tem influenciado a adoção de medidas automáticas e simplistas, ao pressupor que, onde há conflito: intervenção internacional; onde há pobreza: ação humanitária, e onde há doenças: doação de remédios e trabalho voluntário. De fato, os principais temas de política internacional em relação aos países africanos têm sido intervenção, ajuda humanitária, doação e voluntariado. Nesse sentido, os países africanos são mais citados nos estudos sobre conflitos, Estados fracassados, pobreza e ajuda humanitária; do que estudos sobre poder, influência na ordem internacional, construção das instituições internacionais, desenvolvimento, democracia, economia política internacional, paz e segurança internacional. Ou seja, África é tratada nas relações internacionais muito mais numa perspectiva negativa-passiva do que positiva-ativa.

Segundo os dados da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID (2021), a África é um dos principais destinos da assistência

humanitária. A região África Subsaariana, e a da Oriente e Norte da África receberam quase US\$ 26 bilhões de dólares, enquanto a região da Ásia meridional e central US\$ 5 bilhões, Europa e Eurásia US\$ 2,276 bilhões (USAID, 2021).

O objetivo da ajuda é permitir aos países africanos a saírem da situação de tragédia e de pobreza a partir das ações externas, mas essa ajuda cria uma série de armadilha aos países africanos, encapsulando-os na dependência de recursos externos e desencadeia dívidas econômicas com sérios impactos sobre o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, vale indagar “se muitos dos problemas contemporâneos da África são resultados de nosso esforço para ajudar” (KEIM & SOMERVILLE, 2009, p. 84; MOYO, 2009).

A lógica dessa armadilha inicia-se pela ideia de uma África predominantemente pobre. Estando a África em pobreza, cria-se um véu de solidariedade que faculta à costura de novas formas de ajuda para manter a condição dependente e estrutural de países africanos que, por sua vez, alimenta o círculo vicioso, pois países pobres precisam de mais ajudas, cuja abordagem favorece aos doadores que influenciam o direcionamento destes recursos.

As ajudas criam duas imagens. A primeira apresenta os países desenvolvidos como centro de poder e de soluções, e ao “perdoarem” algumas dívidas são vistos como benevolentes, capazes de “partilhar” suas riquezas com países pobres. A segunda apresenta os países africanos como uma categoria de problemas e devedores, necessitando-se da intervenção e soluções dos desenvolvidos. Essas imagens cristalizaram um mundo-problemático, constituído por países pobres e mundo-solução dominado por países desenvolvidos.

O mundo pensado a partir dessas imagens impossibilita a inovação da política internacional direcionada à África, que tem sido dominada pelas ajudas. Em 2006, a Força Tarefa do Conselho sobre as Relações Externas norte-americanas (*Council on Foreign Relations*) recomendou ao governo norte-americano que considerasse a importância e o papel dos países africanos em temas estratégicos da nação, como a segurança internacional e o terrorismo. Foi assinalada também à necessidade de se desenvolver ações estratégicas além da natureza humanitária e considerar “os líderes africanos em todos os setores da vida não são objetos passivos, mas jogadores ativos com influência sobre a dinâmica em sua região” (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2006, p. 6, tradução nossa).

Esse mundo dicotômico esconde as dinâmicas das relações e a maneira pela qual as assimetrias de poder perpetuam as desigualdades entre os Estados, conferindo aos poderosos a possibilidade de contarem a história. “A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes” (ADICHIE, 2009).

O perigo dessa história aponta o que vem sendo construído sobre as ajudas é uma história a partir dos doadores e reproduzida por academia e sociedade civil sem questionar os números. Um estudo comparativo de *Honest Accounts* revelou que em 2015, os países africanos receberam US\$ 161.6 bilhões em formas de empréstimos, remessas pessoais e ajudas concessionais, ao passo que no mesmo ano, US\$ 203 bilhões foram retirados da África, através de repatriação de lucros para exterior das empresas instaladas no continente e movimentação ilegal de dinheiro para exterior (CURTIS; JONES, 2017). Conforme o referido relatório, o valor de remessas pessoais do exterior para os africanos atinge anualmente US\$ 31 bilhões, valor semelhante ao lucro (US\$ 32 bilhões) repatriado das empresas instaladas nos territórios africanos aos países de origem.

Essas evidências expõem a quantidade de recursos que os países africanos proporcionam aos outros e irrompe com a tese de benevolência dos recursos dos países desenvolvidos. Ademais, ela aponta que o fluxo dos recursos globais se processa no sentido inverso: das nações pobres para as ricas e essa é a realidade escondida. (MATOS, 2021). Quem do mundo desenvolvido pensaria que a riqueza e o desenvolvimento de sua cidade estariam relacionados com o estado de pobreza de lugares que ficam em outros continentes?

Em 2013, a população de Rüsclikon, uma tranquila e próspera cidade que fica nas cercanias da cidade de Zurique (Suíça) foi convocada para decidir se a receita advinda da redução de imposto em vista a injeção de dinheiro nos cofres da prefeitura pela empresa local, chamada de Glencore (uma gigante global exploradora de cobre e outros minérios) devesse ficar em Ruschlikon ou ir para Zâmbia – um dos países onde a empresa atua. (MATOS, 2021).

A resposta foi a favor de baixar o imposto e manter o dinheiro nesta cidade, como garantia ao alto padrão de vida de seus habitantes. Enquanto isso, a Zâmbia continuaria sendo explorada e sua população pobre. A Suíça é considerada uma das principais democracias do mundo – inclusive a decisão supracitada foi resultado do sistema de

democracia direta, manifestado pelo voto popular: a maioria da população assim decidiu. Mas, enquanto o PIB per capita da Zâmbia é de US\$ 1.178,39, o da Suíça é de US\$ 78.812,65.

Em 2020, a empresa Glencore suspendeu as operações em Mopani (Zâmbia) por causa dos preços baixos dos mercados e dos efeitos económicos da COVID-19. Zâmbia teve que assumir uma dívida de US\$ 1.5 bilhão de dólares para comprar a mina de cobre da Glencore evitando um impacto negativo sobre o emprego de milhares de pessoas. A armadilha se revela por o empréstimo ser feito partir de uma empresa de investimentos sediada nas Ilhas Virgens Britânicas por meio da qual a Glencore mantém sua participação. Os impactos da COVID-19 comprometeram a capacidade de Zâmbia de pagar o empréstimo em novembro de 2020, e o país teve que assumir mais dívidas para financiar o negócio. A Glencore ficará com os direitos de compra da produção de cobre da Mopani até que a dívida da transação seja paga.

As empresas estrangeiras exigem altos incentivos fiscais e redução do papel do Estado na economia para atuarem nos países africanos. Mas, como exigir de países que são considerados pobres, receptores de ajudas, contrapartidas tão cruciais à sua sobrevivência econômica e política?

A pobreza africana pode ser um estado de alimentação da riqueza dos países desenvolvidos. Revelar essa realidade exigiria reconhecer que quem patrocina as facilidades e os confortos tecnológicos e informáticos da atual Era Tecnológica e Informacional, são as pessoas desprovidas do acesso ao produto final que elas ajudaram a fabricar e muitas dessas pessoas encontram-se no continente africano.

A África, de fato, é imprescindível em duas etapas: a da retirada de insumos, cruciais ao desenvolvimento de materiais estratégicos às economias avançadas, haja vista a posse das principais reservas de recursos materiais importantes. Na segunda etapa, os países africanos são transformados em depósitos de lixo nucleares e outros elementos nocivos, descartados pelos países desenvolvidos, cujo efeito é drástico à saúde pública, causando inúmeras doenças.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma imagem negativa da/sobre a África, apesar de ela ser perigosa, é estratégica no sentido de mobilizar e legitimar discursos e apoios para sucessivas ajudas humanitárias, intervenções em nome da paz e empréstimos que prometem

desenvolvimento dos países africanos, quando, na verdade, servem a interesses dos países desenvolvidos.

Países capazes de identificar as potencialidades e as estratégias africanas além de recursos materiais engendrarão diplomacias exitosas e costurarão excelentes vantagens no cenário global. Isso, contudo, exigirá uma mudança desconfortável na matriz de política: de ajudas humanitárias para uma política externa coerente, a partir das realidades completas dos países africanos.

De fato, há uma África em transformação que não é captada por todas as lentes dos países desenvolvidos, porque exige (re)negociação perante uma sociedade cada vez mais informada, e estabelecimento de acordos mutuamente vantajosos.

Em 1960 (período colonial para maioria dos países africanos), o Produto Interno Bruto das regiões africanas somou US\$ 30,385 bilhões e em 2016 é de US\$ 1.498,001 trilhão. A taxa bruta de matrícula no ensino primário passou de 53% na década de 1970 para 98,42% no ano de 2014. A expectativa de vida avançou de 40 anos em 1960 para 59 anos em 2015 (WORLD BANK, 2017).

Essa é uma África com uma imagem positiva em ascensão, e cria ameaça ao *status quo*, pois, a sua população está aumentando a consciência crítica e assumindo mais poderes nas suas sociedades. De acordo com Kabengele Munanga (2010, p. 9-10), a África incomoda porque “depois de séculos de submissão e exploração [seus países] tentam assumir seu próprio destino no concerto das nações, reivindicando igualdade de tratamento e defesa de suas dignidades e liberdades humanas”.

Infelizmente, essa África não interessa aos países ocidentais, uma vez que diminuiria o volume de recursos extraídos e explorados ilegalmente com a finalidade de aumentar os lucros e garantir os interesses de suas empresas e Estados. Interessam-lhes uma África letárgica. Por isso, à África é aplicada uma dose suficiente de remédios intervenção com cautela para não a matar, evitando-se uma anarquia continental, mas também nem para curá-la, evitando-se a sua retomada total de consciência. Esses remédios são: guerras instaladas; interferência em assuntos internos, prática desleal e ilegal de comércio; exploração e saques de seus recursos, entre outros. Portanto, é estratégico ao Ocidente manter a África em um estado de pobreza e criar sobre ela uma imagem pobre.

## REFERÊNCIAS

ACHEBE, C. “An Image of Africa: Racism in Conrad's 'Heart of Darkness'”, **Massachusetts Review**, v. 18, p. 251-261, 1977.

ADICHIE, C. N. The danger of a single story. Mini-conferência promovida pelo **Technology, Entertainment, Design (TED)**, jul. 2009. vídeo (19 min.). Disponível em: [http://www.ted.com/talks/lang/eng/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/eng/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html). Acesso em 9 mai. 2021.

AGNEW, J. **Geopolítica**: una re-visión de la política mundial. Madrid: Trama Editorial, 2005. 180p.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336p.

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 304p.

APTER, A. Que Faire? Reconsidering Inventions of Africa. **Critical Inquiry**, v. 19, n. 1 p. 87-104, 1992.

BARICH, H.; KOTLER, P. A framework for marketing image management. **Sloan Management Review**, v. 32, n. 2, 1991.

BROWN, W. A question of agency: Africa in international politics. **Third World Quarterly**, v. 33, n. 10, p. 1889-1908, 2012.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 136p.

BUHMANN, A. Measuring Country Image: A New Model. **Center on Public Diplomacy**, 2016. Disponível em: <https://www.uscpublicdiplomacy.org/>. Acesso em: 5 mai. 2022.

BUHMANN, A. **Measuring Country Image Theory, Method, and Effects**. Oslo: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2017.

COFFIE, A.; TIKY, L. Exploring Africa's Agency in International Politics. **Africa Spectrum**, v. 56, n. 3, p. 243-253, 2021.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **More than humanitarianism: a strategic U.S. approach toward Africa**. Independent Task Force, n° 56. New York: Council on Foreign Relations, 2006.

CURTIS, M.; JONES, T. **Honest Accounts 2017**: How the World Profits from.

GALLAGHER, J (Ed.). **Images of Africa**: creation, negotiation and subversion. Manchester: Manchester University Press, 2015.

GATSHENI-NDLOVU, S. J. **Coloniality of power in Postcolonial Africa**: Myths and Decolonization. DAKAR: CODESRIA, 2013. 308p.

GÜNEY, A.; GÖKCAN, F. The 'Great Middle East as a 'modern' geopolitical imagination in American foreign policy. **Geopolitics**, v. 15, p. 22-38, 2010.

HARMANN, S.; BROWN, W. In from the margins? The changing place of Africa in International Relations. **International Affairs**, v. 89, n. 1, p. 69-87, 2013.

HOBBSAWM, E. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 392p.

HOUNTONDJI, P. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 149-160, 2008.

KEIM, C.; SOMERVILLE, C. **Mistaking Africa**: curiosities and inventions of the american mind. 4. ed. New York: Westview Press, 2017. 256p.

LEBRE, A. “África desconhecida”. **Cadernos Coloniais**, n. 2, p. 5-11, 1939.

MAMDANI, M. “Indirect Rule, Civil Society, and Ethnicity: The Africa Dilemma.” In: MARTIN, W. G. O. WEST, M. (Eds.). **Out of One, Many Africas: Reconstructing the Study and Meaning of Africa**. Chicago: University Illinois Press, 1999. p. 189–196.

MARKS, D. **What's in a name**: Indian, Native, Aboriginal or Indigenous? Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/canada/manitoba/what-s-in-a-name-indian-native-aboriginal-or-indigenous-1.2784518>. Acesso em: 5 mai. 2022.

MATOS, P. A. A dimensão Internacional da Corrupção e os Desafios da Governança Africana. In: **Coleção Desafios Globais - África**. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

MBEMBE, A. **On the Postcolony**. Los Angeles: University of California Press, Ltd. 2001.

MEARSHEIMER, J. J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton; Company, Inc., 2001.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 505p.

MIGNOLO, W. D. **Os esplendores e as misérias da “ciência”**: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.

MILNER, H. International theories of cooperation among nations: strengths and weakness. **World Politics**, v. 44, n. 3, p. 466-496, 1992.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. 1135p.

MOYO, D. **Dead Aid**: Why Aid is not working and how there is better way for Africa. New York: Penguin Books, 2009. 188p.

MUDIMBE, V. Y. **The Invention of Africa**: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge. Bloomington: Indiana University Press, 1988. 256p.

MUNANGA, K. “Prefácio à segunda edição”. In: MOORE, C. **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro**, 2. ed. ampliada, Belo Horizonte: Nandyala, 2010 (coleção Repensando África, vol. 3). p. 7-12.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20–31, 2015.

MURITHI, T. “Electoral systems and the management of ethnic conflict in Africa.” In: DOBSON, A.; STANYER, J. (Eds.). **Contemporary political studies**. Nottingham: Political Studies Association, 1998. p. 14-21.

NKIWANE, T. C. Africa and International Relations: Regional Lessons for a Global Discourse. **International Political Science Review**, v. 22, n. 3, p. 279-290, 2001.

OLIVA, A. R. O espelho africano em pedaços: diálogos entre as representações da África no imaginário escolar e os livros didáticos de história, um estudo de caso no recôncavo baiano. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, v. 1, n. 1, p. 73-91, 2009.

PERES, D. (Ed.) **Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sin-tra**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1948. 208p.

PHILPOT, S. Foreign policy. In: BLEIKER, R. (Ed.). **Visual global politics**. New York: Routledge, 2018. Cap. 20.

RANGER, T. A invenção da na África colonial. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 219-269.

RODNEY, W. **How Europe Underdeveloped Africa**. London: Verso, 2018. 416p.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 528p.

SIMMONS, B. A. Compliance with international agreements. **Annual Review Political Science**, v. 1, p. 75-93, 1998.

SINDJOUN, L. L’Afrique dans la Science des Relations Internationales: Notes Introductives et provisoires pour une Sociologie de la Connaissance Internationaliste. **Revue Africain de Sociologie**, v. 3, n. 2, p. 142-167, 1999.

TUATHAIL, G.; AGNEW, J. Geopolitics and discourse Practical geopolitical reasoning in American foreign policy. **Political Geography**, v. 11, n. 2, p. 190-204, 1992.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. Boston: McGraw-Hill, 1979. 251p.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. 464p.

WORLD BANK. **World Bank Open Data**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

YANKAH, K. A globalização e o acadêmico africano. *In*: LAUER, H.; ANYIDOHO, K. (Orgs.). **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**. Vol. I. Brasília: FUNAG, 2016. p. 127– 161.

ZUBERI, T. **African independence**: how Africa shape the world. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015. 210p.

Recebido: 08.08.2022

Aceito: 30.09.2022